

“O operariado está em plena atividade”: os trabalhadores, a FOSP, ligas operárias de bairro e sindicatos (1917-1924)¹.

Poucos dias após o acordo que selou o término da greve geral de 1917 na cidade de São Paulo² intensificaram-se entre os trabalhadores os esforços para a constituição (ou reconstituição) de suas organizações de classe. Em alguns casos, tratava-se também de fortalecer os sindicatos já existentes. Algumas categorias como os gráficos e os chapeleiros trabalhavam no intuito de fortalecerem suas associações, enquanto os canteiros (categoria ligada ao setor da construção de edificações civis, religiosas, entre outras, que desempenhou papel ativo no movimento operário em São Paulo no período estudado nesta dissertação) tratavam de reconstituir a sua. Outros trabalhadores ligados a ofícios que também advinham de certa tradição sindical como, por exemplo, os sapateiros e pedreiros procuravam organizar novamente suas associações. Podemos observar dois fatores que atuavam de forma interligada nesse constante esforço empreendido após o término da greve de julho: primeiramente, aproveitar o ímpeto de mobilização presente no movimento grevista que possibilitava novo fôlego ao movimento operário paulistano e maior espaço nas contendas reivindicatórias frente ao Estado e aos donos das indústrias, fábricas, oficinas; em segundo lugar, e justamente por um possível, e até mesmo previsível, contragolpe desses setores nos conflitos existentes nas relações capital x trabalho naquele momento³.

Paralelamente ao fortalecimento e à retomada das atividades dos sindicatos operários – as “sociedades de resistência”, na expressão dos trabalhadores, devido às características dessas associações de enfrentamento direto com os proprietários, visando a melhorias econômicas e sociais para os operários – as ligas operárias de bairro desempenharam importante papel durante a greve geral (inclusive algumas delas surgiram pouco antes da greve, tais como a liga operária da Mooca e a do Belenzinho) e após o seu término ao congregar aqueles trabalhadores que ainda não estavam representados por um órgão de classe específico.

¹ Pesquisa financiada com bolsa CAPES.

² Sobre a greve geral de 1917 em São Paulo, ver: LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000; BIONDI, Luigi. *Classe e nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011 (especialmente o capítulo 6).

³ “Mãos á obra: estão surgindo as organizações obreiras”. *A Plebe*. São Paulo, 21/07/1917, p.1.

Finda a greve, colocava-se em pauta novamente o ressurgimento de um organismo capaz de centralizar e coordenar as ações dessas associações. Tiveram início então as atividades para reativação da federação dos trabalhadores de São Paulo, a FOSP.

A Federação Operária de São Paulo fora criada originalmente em 1905 como uma forma de superar o isolamento de trabalhadores e suas associações, procurando reuni-las num espaço comum, assim como auxiliar na criação de novos sindicatos. Desde o início mostrou-se adepta da tendência sindicalista revolucionária, em oposição ao socialismo reformista e também aos anarquistas contrários à organização sindical, tendo como uma de suas principais referências a Confederação Geral do Trabalho francesa (CGT). A concepção sindicalista revolucionária, tal como exposta por Edilene Toledo, exerceu grande influência no movimento operário em São Paulo entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX e tinha como princípios norteadores a defesa da luta de classes, a ação direta dos trabalhadores, a autonomia operária e a neutralidade política dentro do sindicato. Em suma, buscava articular as lutas econômicas do cotidiano operário com a perspectiva da construção futura de uma sociedade organizada pelos trabalhadores reunidos nos seus sindicatos⁴. De acordo com Azis Simão esse primeiro momento de existência da FOSP encerra-se por volta de 1913, quando a federação é extinta⁵.

Na declaração de seus princípios fundamentais, a FOSP reconhecia e se colocava na arena da luta entre capital e trabalho e buscava o ideal de estreitar os laços de solidariedade entre os trabalhadores, abolindo as barreiras de ofício, corporação ou indústria. Ao lermos o trecho referente à sua orientação ideológica, podemos perceber a sua busca pela ação autônoma assim como a dos sindicatos a ela filiados, a recusa em aderir a qualquer bandeira política – estratégia que visava atrair trabalhadores de diferentes correntes políticas e sindicais, ou até mesmo aqueles que não pertencessem a nenhuma delas – e a conciliação entre lutas de caráter econômico da classe trabalhadora, mais imediatas e a construção de uma sociedade futura que tinha como meta a superação do capitalismo, o que revela traços da orientação sindicalista revolucionária, ainda presente no movimento operário em São Paulo entre o final de década de 1910 e a de 1920:

⁴ TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p.19; 286. Essa historiadora defende a ideia de que o sindicalismo revolucionário e não o anarquismo foi a corrente sindical mais influente em São Paulo no período mencionado.

⁵ SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Ática, 1981, p.158. Não há um consenso quanto ao tempo de existência da FOSP quando da sua criação. Luigi Biondi situa sua atuação entre 1905 e 1909. Op. Cit., p. 205, 2011.

Orientação

2 – A Federação Operária de S. Paulo, tendo por base a independência do associado no sindicato e a autonomia deste em seu seio, assim como a sua na Confederação Operária Brasileira, servir-se-á unicamente, para o trabalho de propaganda e educação dos trabalhadores e sua luta contra o capitalismo, dos meios próprios de acção directa, taes como a gréve parcial ou geral, a boycotagem, a sabotagem, o label, a manifestação pública, etc., variáveis, segundo as circunstancias de logar e de momento.

3 – A Federação Operária de S. Paulo, sem abandonar a defeza, pela acção directa, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, não pertence a nenhuma doutrina estatal ou religiosa, nem podendo qualquer socio servir-se dessa qualidade para se manifestar.

4 – Procurando tornar evidente e pratico o seu ideal de igualdade social, a Federação Operária de S. Paulo não permitirá em seu seio sorte alguma de distincções honorificas.

5 – Sendo a luta o capitalismo a sua acção essencial, a Federação Operária de São Paulo não permitirá em seu seio qualquer obra de beneficencia, mutualismo ou cooperativismo, cujos encargos pesam, sempre sobre os parcos recursos dos trabalhadores, desviando-os do seu unico objectivo, que é trabalhar pela sua emancipação⁶.

Tomaram parte no convênio que reativou a FOSP, as seguintes associações:

- União dos Canteiros;
- Sindicato Graphico do Brazil;
- União dos Chapelleiros;
- Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Bebidas (Secção da Companhia Antarctica);
- União Geral dos Ferroviários (Secção da São Paulo Railway);
- Liga dos Trabalhadores em Madeira;
- União dos Artífices em Calçados;
- União dos Pedreiros e Serventes;
- Liga dos Padeiros e Confeiteiros;
- Sindicato dos Serralheiros;
- União dos Alfaiates;
- Liga Operária da Mooca;
- Liga Operária do Belenzinho;
- Liga Operária do Ipiranga;
- Liga Operária do Brás;

⁶ “Proseguem os trabalhos de organização: bases de acordo da Federação Operária de S. Paulo”. *A Plebe*. São Paulo, 18/08/1917, p.3.

- Liga Operária do Cambuci;
- Liga Operária do Bom Retiro;
- Liga Operária da Vila Mariana;
- Liga Operária da Água Branca e Lapa;
- Liga dos Ceramistas (Secção da Fábrica Santa Catharina), Água Branca;
- Sociedade dos Laminadores (São Caetano);
- Sindicato dos Canteiros (de Cotia)⁷.

Ainda tomaram parte no convênio de refundação da FOSP algumas associações do interior como a Liga Operária de São Roque, a Liga Operária de Sorocaba, o Sindicato Proletário de Sabaúna e o Sindicato Internacional dos Canteiros, de Ribeirão Pires.

Tomando por base apenas as ligas paulistas, confirma-se o argumento apresentado anteriormente, acerca do pareamento entre ligas de ofício e ligas de bairro nesse processo de reorganização sindical: das 20 associações, temos 12 ligas de ofício e 8 ligas operárias de bairro. Dessas 20 associações, apenas a Liga Operária da Mooca, a Liga Operária do Belenzinho, o Sindicato dos Gráficos e a União dos Chapeleiros existiam antes do início do movimento grevista de 1917⁸.

Percebe-se o intuito da FOSP em articular as agremiações obreiras de diferentes partes do estado, em que pese o caráter local presente no seu recomeço. Por sinal, os integrantes da federação visavam também uma atuação em conjunto com organismos de outros estados, criando uma Comissão Federal.

Ao trabalhar com prontuários de alguns militantes detidos e vigiados pelo DEOPS no período estudado nesse trabalho, pude cruzar algumas informações e verificar que alguns dos participantes da greve geral de 1917 entre os quais Edgard Leuenroth e João Minieri foram prontuários pela polícia política. Tendo como um dos referenciais teóricos deste trabalho – o uso da biografia de alguns desses trabalhadores prontuários – procuramos observar também o alcance e limitações das ações individuais no movimento operário em São Paulo naquele momento, tendo em vista a metáfora da “jaula flexível e invisível” utilizada por Carlo Ginzburg para a liberdade que cada indivíduo exerce sob determinados condicionamentos sociais e culturais⁹.

⁷ “O convenio operário de amanhã: comparecerão todas as agremiações de São Paulo e várias de fora”. *A Plebe*. São Paulo, 25/08/1917, p.3.

⁸ BIONDI, op. cit., p. 346.

⁹ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.20-21.

O tipógrafo e jornalista Edgard Leuenroth (nascido em 1881 em Mogi-Mirim, São Paulo) já era um dos principais artífices do sindicalismo em São Paulo naquele momento. Um relatório policial de 1936 aponta a atuação de Edgard Leuenroth desde 1907, quando participou da greve da Companhia Paulista de Estradas de Ferro no interior paulista. No início da década de 1910 atuava em protestos contra o governo, os industriais e os agricultores, fazendo enviar panfletos sobre a situação brasileira para Portugal e Espanha, inclusive. Portanto, quando participou da greve geral de 1917 – sendo considerado pelos órgãos policiais como um dos seus “principais mentores” – e na sequência de seu trabalho auxiliando a reorganização sindical em São Paulo, já possuía uma experiência de pelo menos 10 anos de militância, levando em conta os registros policiais. Foi preso em setembro daquele ano, incurso nas penas do artigo 356 combinado com o artigo 18 do Código Penal (foi acusado planejar o ataque ao Moinho Santista durante a greve geral), sendo julgado e absolvido em março de 1918¹⁰. Conforme os registros policiais, em nenhum momento deixou a militância de lado, mantendo contatos com anarquistas no Brasil e no exterior¹¹.

O italiano João Minieri¹² (natural da província de Caserta, região da Campânia, na Itália meridional) também já possuía certa experiência na atuação sindical. Fora preso pela primeira vez em 1911, como “agitador á ordem”. Entre 1919 e 1924, teve mais duas passagens pela detenção, uma delas no interior paulista, na cidade de Bauru. A exemplo de Leuenroth, também foi identificado em 1917. No seu prontuário consta uma ficha de adesão ao Partido Comunista do Brasil em 1932, quando já trabalhava como tecelão e era filiado à União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT), o que indica que tenha continuado sua militância durante a década de 1920 e em algum momento mudado sua orientação ideológica, visto que num registro de 1926 é identificado como membro de centros anarquistas em São Paulo, Rio de Janeiro e em Buenos Aires, o que dá mostra também de uma atuação que não se restringia ao âmbito do território nacional¹³.

As trajetórias de Leuenroth e Minieri nos possibilitam o entendimento de algumas questões importantes do movimento operário em São Paulo, entre o final da década de 1910 e a de 1920. Primeiramente, a presença de militantes experientes na organização da greve geral de 1917 e posteriormente no trabalho junto ao movimento operário, o que por vezes lhes renderam a constante vigilância policial.

¹⁰ Prontuário 122, volume 1, de Edgard Leuenroth, DEOPS-SP, Apesp.

¹¹ Prontuário 122, volume 1, de Edgard Leuenroth, DEOPS-SP, Apesp. O DEOPS manteve registros da atuação de Edgard Leuenroth até 1947, quando é processado por “atividades comunistas”. A polícia política produziu o prontuário de Leuenroth em 2 volumes, o que dá sinais de sua intensa atuação no meio operário.

¹² Em alguns registros do seu prontuário consta como João Baptista Minieri.

¹³ Prontuário 774, de João Minieri, DEOPS-SP, Apesp.

Tentativas de uma regulamentação para o trabalho, ou: “Como resolver a questão operária no Brasil”.

O parlamentar paulista Adolpho Gordo que emprestou seu nome às leis de expulsão contra estrangeiros que se envolvessem em atividades que “perturbassem a ordem social” foi o responsável por apresentar no Senado um projeto de lei sobre os acidentes de trabalho em 1915. Desde o início, o projeto foi muito contestado pelos industriais, representados pelo Centro Industrial do Brasil, o que atravancava o seu andamento para votação. Após uma série de debates e de uma demorada tramitação no Congresso Federal, o decreto nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919, que regulava as obrigações resultantes de acidentes de trabalho foi sancionado e sua versão na íntegra pode ser consultada num dos boletins do DET¹⁴.

Podemos observar uma incipiente inserção do Estado nos conflitos existentes no mundo do trabalho brasileiro. Num artigo denominado “Como resolver a questão operária”, o boletim nº 31 e 32 do DET apresentava propostas para um Código de Trabalho, algumas delas já presentes na legislação em voga naquela época; além disso, fazia constante referência a modelos já adotados em outros países que serviriam para o caso brasileiro. Deveriam ser contemplados os seguintes tópicos: liberdade de associação sindical, o salário e a duração do trabalho, a jornada de oito horas, o repouso dominical, o trabalho infantil e a inspeção no trabalho¹⁵.

Algumas demandas da greve de 1919 guardavam semelhanças com as da greve geral de 1917, o que mostra uma continuidade das reivindicações, conforme apontado por Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro¹⁶. O movimento teve início após um incidente na fábrica Mariângela – parte integrante das Indústrias Reunidas Matarazzo – que culminou com a demissão de um trabalhador, fato considerado injusto pelos seus colegas¹⁷. A greve rapidamente se alastrou para outras categorias, sendo que no terceiro dia já englobava operários das fábricas de tecidos, padarias, gráficos, ateliers de costura, serrarias e frigoríficos, num número estipulado por *A Plebe* em 50.000 trabalhadores¹⁸.

¹⁴ Boletim do DET, nº30, de 1919, p.29-50.

¹⁵ Boletim do DET, nº 31 e 32, de 1919, p.187-201.

¹⁶ HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. A greve de maio de 1919 em São Paulo. In: _____ . *A classe operária no Brasil: documentos (1889 a 1930)*. Volume 1 – O movimento operário. São Paulo: Alfa Ômega, 1979, p.238.

¹⁷ HALL, Michael. O movimento operário na cidade de São Paulo: 1890-1954. In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. Volume 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p.279.

¹⁸ “As violencias inomináveis da policia”. *A Plebe*. São Paulo, 10/05/1919, p.1.

Cruzando as reivindicações dos grevistas com as recomendações do Departamento Estadual do Trabalho para a elaboração de um Código de Trabalho, percebemos muitos pontos em comum: liberdade sindical, a necessidade de se estipular um valor mínimo para os salários, a determinação e o cumprimento jornada de oito horas, o descanso semanal, e a proibição do trabalho infantil. As reivindicações dessa greve mostram como era cada vez maior a demanda do movimento operário por intervenção do Estado na esfera das relações de trabalho e fora dela.

O ano de 1919 mostra um aumento expressivo da atividade sindical em São Paulo, com o fortalecimento e surgimento de novos sindicatos. A partir dos registros de atividade dos sindicatos, das notícias de surgimento ou reorganização de uma associação publicadas pela imprensa operária, elaboramos o quadro abaixo, que nos mostra a quantidade de organizações existentes na capital paulista e arredores naquele ano.

Quadro 1 – Associações operárias em São Paulo e região metropolitana em 1919

Sindicato dos Canteiros de Itaquera e Lageado
União dos Empregados de Padarias
União dos Artífices em Calçados
União dos Litógrafos - posteriormente incorpora-se à UTG
União dos Chapeleiros
Liga Operária do Brás
Liga Operária da Lapa - posteriormente torna-se sucursal da UOFT
União dos Trabalhadores Gráficos
Associação dos Empregados em Comércio
Liga dos Serralheiros - reorganizada em 1919
Sociedade dos Laminadores - posteriormente incorpora-se à Liga Operária de São Caetano
Liga dos Padeiros e Confeiteiros - posteriormente Liga dos Manipuladores de Pão
Liga dos Pedreiros - reorganizada em 1919
Associação dos Práticos em Farmácia
União dos Canteiros de Ribeirão Pires - reorganizada em 1919
Liga dos Operários da Construção Civil - reorganizada em 1919
União dos Canteiros de Cotia
União das Costureiras - organizada em 1919
Centro Operário de São Bernardo
União dos Operários Metalúrgicos - organizada em 1919
Sociedade Internacional dos Empregados em Bares e Restaurantes
União dos Operários das Fábricas de Vidros e Cristais - organizada em 1919
União dos Caramelistas e Chocolateiros
União dos Operários em Fábricas de Tecidos - organizada em 1919
União dos Alfaiates
União dos Oficiais Barbeiros - organizada em 1919

Associação dos Cigarreiros e Manipuladores de Fumo - organizada em 1919
Liga Operária da Vila Mariana - reorganizada em 1919
Liga dos Trabalhadores em Madeira - reorganizada em 1919
Associação dos Pintores de Letras e Decoradores - organizada em 1919
União dos Trabalhadores em Conservas - organizada em 1919
Associação dos Gazistas - organizada em 1919
União Geral dos Ferroviários - organizada em 1919
Liga Operária da Água Branca - reorganizada em 1919
Liga Operária do Bom Retiro - reorganizada em 1919
Liga dos Trabalhadores da Light - organizada em 1919
União dos Eletricistas - organizada em 1919
União dos Trabalhadores da Companhia Telephonica - organizada em 1919
União Operária das Fábricas de Pentes e Botões - organizada em 1919
Liga dos Carteiros - organizada em 1919
Liga dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo - organizada em 1919
União dos Ensacadores e Trabalhadores de Armazéns - organizada em 1919
União dos Trabalhadores da Limpeza Pública - organizada em 1919

Esse levantamento nos mostra um total de 43 sindicatos atuantes, sendo 39 deles na capital. Desse total, se descontarmos os sindicatos que foram incorporados a outros nesse mesmo ano – a União dos Litógrafos à União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), a Liga Operária da Lapa, que se torna sucursal da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) e a Sociedade dos Laminadores que se incorpora à Liga Operária de São Caetano – chegamos ao número de 40 sindicatos em funcionamento. Observamos que 8 deles foram reorganizados e 18 foram fundados nesse ano, totalizando 26. Ou seja, pouco mais da metade dos sindicatos atuantes em São Paulo (e regiões próximas) tiveram seu início ou reinício naquele momento, o que demonstra a vitalidade do movimento sindical em São Paulo, sinalizando uma continuidade com as ações que foram iniciadas em 1917 e que começavam a frutificar na organização dos trabalhadores. É importante lembrar, que durante a metade do ano de 1919, começaram as primeiras atividades de núcleos comunistas em São Paulo¹⁹, o que colocava um ingrediente a mais para a questão da organização proletária e os métodos de luta a serem adotados, algo que vai tomar maior vulto durante a década de 1920.

As ligas operárias de bairro começavam a ter um certo declínio como modelo para organização, pelo fato de cada vez mais categorias organizarem-se de forma autônoma. Outro ponto a ser observado é o surgimento da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) que agregava trabalhadores concentrados em bairros que anteriormente viam como alternativa à filiação às ligas da Mooca, do Belenzinho, do Brás, por exemplo. Ainda assim,

¹⁹ “Partido Comunista do Brasil: em São Paulo”. A Plebe. São Paulo, 14/06/1919, p.4.

notamos o ressurgimento de algumas dessas ligas, tais como a Liga Operária da Vila Mariana, a Liga Operária da Água Branca e a Liga Operária do Bom Retiro. Isso demonstra o dinamismo presente nas formas de organização dos trabalhadores, não existentes modelos pré-concebidos e sim as necessidades de cada categoria, ou até mesmo de uma determinada região da cidade.

Por sinal, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) recém-fundada já demonstrava grande capilaridade junto aos tecelões e operários do segmento têxtil, visto que no seu início já constituiu 8 sucursais. Tratava-se de uma associação de grande porte e que possuía, decerto, certa complexidade na sua organização burocrática, pois estava ligada à FOSP e possuía oito “filiais” a organizar e articular. A UOFT desempenhou importante atuação no sindicalismo paulistano nos primeiros anos da década de 1920.

O exposto até aqui vai ao encontro, num primeiro momento, ao que já foi escrito por uma parte da historiografia do movimento operário na Primeira República, quando demarca o período 1917-1921 como um de seus principais momentos²⁰. Contudo, a partir da pesquisa realizada, observamos que no pós-1921, mesmo com o refinamento dos instrumentos de controle por parte de industriais e do Estado, ao lado das formas de repressão já anteriormente utilizadas contra o movimento operário, vemos uma significativa participação de trabalhadores e sindicatos no cenário político e social em São Paulo, até aproximadamente 1924 quando aconteceram as revoltas promovidas por membros do exército – no lastro do movimento tenentista – na capital paulista e em outras cidades brasileiras.

O início da década de 1920: antigos e novos impasses. Antigas e novas soluções?

Os inícios da década de 1920 colocam velhas e novas questões para o movimento operário em São Paulo. No plano organizativo, conforme mencionado por Luigi Biondi, os italianos e suas associações étnicas e de classe continuaram predominantes no cenário e desempenhando importante atuação. Contudo, algumas mudanças vão se cristalizando tais como, a entrada cada vez maior dos filhos de imigrantes nas fileiras do mercado de trabalho e

²⁰ Sheldon Leslie Maram identifica no período 1917-1920 a fase mais “ativa” do movimento operário na Primeira República, sobretudo devido à presença dos imigrantes italianos, portugueses e espanhóis na liderança dos principais sindicatos daquele momento. Cristina Hebling Campos localiza entre 1917-1921 o momento das maiores aspirações revolucionárias do movimento operário em São Paulo, marcado predominantemente pela presença anarquista nas suas instituições, algo que essa historiadora denominou como um “sonhar libertário”, impresso nas suas manifestações. Ver CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1920*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, 1983, p.1; MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.19.

dos sindicatos, diminuindo um pouco a conotação étnica na característica do movimento associativo paulistano, a transformação das ligas de ofício em ligas de categoria, as dificuldades enfrentadas pelos grupos anarquistas, o advento do fascismo e consequentemente de grupos antifascistas e suas respectivas influências em São Paulo²¹.

Os debates travados por diferentes correntes políticas e ideológicas do movimento operário visavam responder novas questões que se colocavam nas demandas dos trabalhadores, assim como da atuação policial e dos industriais. Dada a vaga de greves e manifestações enfrentadas entre 1917-1920, setores do empresariado paulista colocaram em prática métodos para um controle mais efetivo e sistemático da força de trabalho. O Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo – entidade que representava os industriais do setor têxtil – colocava em funcionamento junto de seus associados um sistema de informações que trazia toda a atividade do Centro e de suas indústrias através de boletins e circulares.

Toda essa situação era levada em conta nas estratégias sindicais a serem adotadas. Na metade do ano de 1920, após as discussões levadas a cabo para remodelamento da FOSP, as associações sindicais paulistanas optaram por mudar sua nomenclatura para União Geral dos Trabalhadores de São Paulo (UGT), organização que deveria ser responsável pela criação de uma federação operária de âmbito estadual. A UGT nas suas bases de acordo manteve a orientação ideológica anteriormente adotada pela FOSP e filiou-se à Comissão Executiva do 3º COB.

Contudo, as formas de organização até aquele momento adotadas passaram a sofrer críticas e questionamentos por parte de líderes e militantes do movimento operário. Num congresso operário de 1921, foram debatidas questões conjunturais do movimento dos trabalhadores e a insuficiência do modelo de organização por federações operárias e a proposta por outra forma de organização sindical:

(...) É evidente que a reação policial, exercida pelo arbítrio mais brutal e deslavado, tem contribuído, em grande parte, para o enfraquecimento atual da organização. Mas também temos de reconhecer que insuficientíssima tem sido a resistência da organização contra a reação. E porque isso? Falha da própria organização, erro específico da própria organização.

(...) Chegamos, assim, à oportunidade de se tentar, entre nós, o que se vai fazendo mais ou menos por toda a parte: a organização única. Dois caminhos, aliás, convergentes, poderemos enfrentar: a organização geral única e o sindicato único e nacional da indústria.

(...) Mostra como um organismo federal é absolutamente incompreendido. A Federação é um corpo à parte, uma entidade estranha aos sindicatos, uma

²¹ BIONDI, op. cit., p.357-360.

como que “sociedade co-irmã”. Ninguém compreende que a Federação *federa*, agrupa num só organismo os vários sindicatos ou associações de classe. Daí, dessa incompreensão total, o fracasso sempre renovado do sistema federativo, corpo inarticulado e sem vida.

(...) Lembra ainda a possibilidade de entre nós tentar-se essa nova forma de organização, começando-se simultaneamente por dois caminhos convergentes: a organização geral e única nas cidades e onde isso for desde já possível, e a organização única, nacional, de determinados ramos de indústria.

Este último trabalho, melhor que qualquer outro organismo, poderá iniciá-lo a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, que em parte já esteve assim formada. É só questão de estender a organização a todo o país, formando uma poderosa união industrial de todos os trabalhadores em tecidos do Brasil²².

Chama a atenção primeiramente o entendimento de que o formato por federações – adotadas em estados como São Paulo e Rio de Janeiro – não se mostrava mais como única opção viável. Começava a ser colocada na mesa a possibilidade da central sindical única, com duas alternativas: a organização única nas cidades e a organização por indústria, no âmbito nacional. Nesse sentido, a UOFT, forte sindicato aquela altura em São Paulo, surge como referência de organização: como já mostrado anteriormente tratava-se de um sindicato que possuía algumas sucursais, modelado de forma centralizada, agregando trabalhadores de distintos segmentos da indústria têxtil.

Pouco mais de um ano após a mudança de nomenclatura de FOSSP para UGT, esta encerrava suas atividades. Era um momento em que os sindicatos em São Paulo estavam sem uma entidade para associação e ao mesmo tempo, verificava-se uma diminuição do número de agremiações pelo que podemos observar no panfleto de comemoração do 1º de maio de 1922:

²² “Pela Reorganização Proletária”. A Plebe, 28/05/1921. In: HALL; PINHEIRO, op. cit. (1979), p.249-251, grifo no original.

Imagem 1: Panfleto das associações operárias sobre o 1º de maio em São Paulo



Fonte: A Plebe, 01/05/1922, p.4.

Nesse chamado para a reunião comemorativa do dia do trabalho a ser realizada no salão Celso Garcia (na Rua do Carmo, centro da cidade, local constantemente utilizado para reuniões e festividades operárias), nos chama a atenção dois pontos: primeiramente, a já referida luta pela manutenção e pela conquista de direitos articulada ao combate e denúncia dos problemas sociais oriundos do capitalismo: “Commemorando a data de 1º de Maio devemos firmar também o nosso proposito de lutar neste paiz, cuja estrutura e condições

economico-sociais são idênticas às das demais nações igualmente sujeitas ao regime capitalista, pela defesa de nossos direitos menosprezados”²³.

Em segundo lugar, observamos que são oito as associações organizadoras das manifestações do 1º de maio: União dos Trabalhadores Gráficos, União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas, Liga Operária da Construção Civil, União dos Empregados em Cafés, União dos Chapeleiros, Sociedade Internacional dos Empregados em Bares e Restaurantes (conhecida naquela época como A Internacional), União dos Operários Metalúrgicos e União dos Canteiros. Eram essas as associações de atuação mais intensa junto ao proletariado paulistano e buscavam ações conjuntas na ausência de uma central sindical que coordenasse as ações. Observamos, portanto, que a partir de 1922 ocorre uma queda no aspecto quantitativo de sindicatos e ligas com forte atuação no movimento operário, não significando necessariamente que a ação sindical tenha deixado de existir mesmo com todas as adversidades e as próprias dissensões internas.

Essa atuação implicava uma série de atividades desenvolvidas também no campo das festividades, vista inclusive como uma maneira de arrecadar fundos para a manutenção dos sindicatos. São muitos os registros de festas, bailes, quermesses e festivais realizadas para o auxílio de companheiros presos, para fundação de bibliotecas, para o fundo social do sindicato e também para auxiliar economicamente jornais operários, tais como *A Plebe*, *A Vanguarda* e *Alba Rossa*. Na imagem abaixo vemos um anúncio de uma dessas festividades:

²³ “1º de maio: ao proletariado e aos assalariados em geral”. *A Plebe*. São Paulo, 01/05/1922, p.4.

Imagem 2: Grande festival em benefício do jornal “A Vanguarda”

GRANDE FESTIVAL
EM BENEFICIO DA
“A Vanguarda”
Orgão dos trabalhadores, a sair brevemente

Promovido por todas as organizações proletárias de São Paulo

Programma grandioso, constante de um match de futebol entre dois importantes clubs desta capital, entre os quaes será disputada a taça “Proletaria”; representações theatraes, canções typicas, regatas, natação, lucta greco-romana, cinematographo, etc.

Bandas de musica - Fogos de artifício
Bondes em quantidade

Domingo, 21 de Novembro de 1920
— NO —
Parque S. Jorge

Todo o operario consciente tem o dever de comparecer a esta festa, dado o fim utilissimo a que se destina o seu produto

Todos ao PARQUE S. JORGE!

O escritorio do Comité Organizador deste festival é na Rua 15 de Novembro n. 59 (redação d’A Vanguarda), onde se encontra sempre um membro do referido Comité á disposição dos que o procuram para tratar de quaesquer assuntos concernentes ao festival. Os camaradas que queiram enviar prendas devem fazel-o para o Escritorio.

Telephone: Central 3405 Caixa Postal 1045

Fonte: A Plebe, 06/11/1920, p.4.

A imagem mostra o anúncio de um grande festival operário organizado pelos sindicatos de São Paulo, promovido para arrecadação de fundos em prol da constituição de um jornal diário voltado para a classe trabalhadora, *A Vanguarda*. Esse evento, que foi realizado no Parque São Jorge, zona leste de São Paulo, contava com grande variedade de atrações: um “match” de futebol entre dois clubes da capital paulista que disputavam a “Taça Proletária”, peças teatrais, exibição cinematográfica, canções típicas com bandas de músicas e outras atividades esportivas tais como a regata, a natação, a luta greco-romana. E ao final, o anúncio ainda afirma: “Todo o operario consciente tem o dever de comparecer a esta festa,

“... dado o fim utilíssimo a que se destina o seu produto”, o que conferia também um sentido de participação política, de classe.

Ao refletir sobre os símbolos e significados das manifestações políticas e culturais da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da Primeira República, Cláudio Henrique de Moraes Batalha assinala a existência de uma cultura associativa, expressa nos discursos e rituais das associações operárias:

Por cultura associativa entendo, como já foi dito, o conjunto de propostas e práticas culturais das organizações operárias, a visão de mundo expressa nos discursos, bem como os rituais que regem a vida das associações que muitas vezes são herdadas de formas de organização mais antigas, como as corporações. Em outras palavras, um conjunto de valores compartilhados pelas associações operárias. Essa cultura associativa, ainda que receba influências e influencie as culturas das diversas correntes atuantes no movimento operário – as culturas militantes – é distinta dessas últimas. A cultura militante assume aspectos específicos a cada corrente ideológica, preservando, todavia, traços comuns a todas essas correntes. Nesse sentido, essa cultura militante não é específica ou exclusiva do anarquismo, ou de qualquer outra corrente ideológica presente no movimento operário. E, ainda, a cultura militante é posterior e bem mais restrita que a cultura associativa que cronologicamente a precedeu²⁴.

É o que percebemos na análise do conjunto de práticas dos sindicatos em São Paulo naquele momento. Seja na abordagem do 1º de maio como dia de luta e resistência, assim como nas realizações de suas festividades que englobavam diferentes manifestações desde uma partida de futebol à apresentação de um drama teatral. Isso extrapolava as especificidades das correntes ideológicas presentes no movimento operário em São Paulo, seja o socialismo ou o anarquismo, por exemplo.

Esses sindicatos estabeleciam um controle da mão de obra de suas categorias. Indicavam sócios que estivessem desempregados, recomendavam oficinas ou indústrias para as quais seus filiados não deveriam ir, devido a algum histórico negativo dessas casas ou devido a alguma greve ou boicote em andamento. A “tabela de preços” estabelecida por cada segmento de categoria era debatida no sindicato e quando aprovada era encaminhada aos patrões.

Outra questão que se colocava para os sindicatos em São Paulo durante a Primeira República e que começa a ganhar força a partir dos primeiros anos da década de 1920 é a

²⁴ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da. (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do proletariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p.99.

disputa entre correntes de diferentes colorações ideológicas e políticas. Inicialmente, destacamos a presença de sindicatos ligados à Igreja Católica, mais comumente designados como Centros Operários Católicos. Conforme dados apresentados por Azis Simão, somente em 1920 surgem sete dessas associações na capital paulista²⁵.

Num artigo de abril de 1923, Domingo Braz chamava a atenção para as “manobras” cooperativistas junto aos operários, quando ofereciam como solução para os problemas econômicos e sociais dos trabalhadores a formação de cooperativas de consumo²⁶. O sindicalismo cooperativista que foi muito forte também no Rio de Janeiro, acreditava que o sindicato era a instituição para a realização de acordos que equilibrassem os interesses entre capital e trabalho, propugnando uma incorporação dos trabalhadores à participação na sociedade brasileira como agentes do desenvolvimento e do progresso da nação. Isso viria através de concessões de direitos por parte da burguesia e do Estado no âmbito estritamente econômico-profissional, descartando a ideia de reivindicações políticas e/ou revolucionárias²⁷.

Além da presença das concepções cooperativista e católica entre o operariado, existiam também divergências e cisões envolvendo outras famílias ideológicas, conforme exposto num artigo de *A Plebe* que comentava a postura da grande imprensa frente essa situação do movimento operário:

Sempre fomos comunistas-anarchistas e continuamos a se-lo. Sempre nos ocupamos com a questão operaria e mantemo-nos na brecha em sua defeza. Se houve scisões não foi por nossa culpa. Se muitos elementos perderam a tramontana e foram arranjar colligações, partidos socialistas, trabalhistas, cooperativistas, bolchevistas, e com isso enfraqueceram o movimento operario, isto é lá com elles, a culpa não nos cabe, não fomos nós que os inspiramos a lançar-se a taes manejos. O seu a seu dono. Cada qual que aguenta com as proprias culpas²⁸.

Identificamos nessas disputas, divergências e cisões aquilo que Angela Maria de Castro Gomes chama de competição pelo *monopólio da palavra operária* entre diferentes segmentos políticos e ideológicos que se inicia com o advento do regime republicano no final do século XIX e se estende até o período varguista:

A classe trabalhadora, por conseguinte, não está sendo entendida como uma totalidade harmônica, um sujeito unívoco em busca de uma identidade. Ela é tratada através do conjunto diferenciado de propostas que lutam e competem

²⁵ SIMÃO, op. cit., p.193-194.

²⁶ BRAZ, Domingos. “As manobras cooperativas”. *A Plebe*. São Paulo, 21/04/1923, p.1.

²⁷ GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.135, p.148-150.

²⁸ “Dissolução operaria”. *A Plebe*. São Paulo, 12/05/1923, p.2.

pelo monopólio “da palavra operária”. A multiplicidade das versões sobre o passado, presente e futuro desta classe trabalhadora toma o que “efetivamente se passou” num aspecto secundário para a análise. O primordial aqui é sempre a proposta dos atores envolvidos no processo e – o que nos remete de forma inevitável ao que “efetivamente se passou” – seu esforço e capacidade para transformar suas versões em “fatos reais”²⁹.

No ano de 1924, o eclodir da revolta de 5 de julho na capital paulista organizada por tenentes e militares descontentes do exército contra o governo Artur Bernardes³⁰ foi recebida com bons olhos por sindicatos e lideranças operárias, que divulgaram uma moção ao Comitê das Forças Revolucionárias (que será apresentada no próximo capítulo) e um manifesto dirigido ao proletariado paulistano:

(...) A este objetivo dos revolucionarios devemos, como victimas que somos dessa horda de salteadores políticos e administrativos, mostrar-nos sympathicos, porque elles, quanto não em totum, veem ao encontro das nossas aspirações de momento, taes como: melhorar a nossa situação economica, a nossa ancia de liberdade e o nosso desejo de justiça. A nós trabalhadores, a nós explorados, a nós victimas da tyrannia capitalista – estatal, compete olhar este movimento revolucionaria com sympathia e como uma manifestação de conquista aos direitos que aspiramos no regime republicano democrático que vivemos (...)³¹.

Para o movimento operário paulistano, o movimento de julho de 1924 significava a possibilidade de novas perspectivas nas esferas econômica, social e política com a conquista de direitos e o respeito à liberdade de associação. A reação do governo federal e estadual desbaratou com a revolta e as esperanças despertadas que vinham consigo. Dois sindicatos dos mais fortes em atuação – o dos têxteis e o dos sapateiros – tiveram suas sedes invadidas e suas atividades encerradas. Esses mesmos sindicatos se reorganizariam alguns anos depois.

²⁹ GOMES, op. cit., p.25.

³⁰ Essa revolta ocorreu em outros estados, como Mato Grosso, Amazonas, Sergipe, Pará e Rio Grande do Sul, contando com a participação de oficiais de baixa patente insatisfeitos com sua situação nos governos republicanos e vinha na esteira do movimento Tenentista que se iniciara em 1922. Tinham como um dos objetivos a deposição do governo Artur Bernardes, a maior centralização do Estado, a adoção do voto secreto e o fim das fraudes eleitorais, assim como uma maior participação do Exército na resolução dos problemas nacionais.

³¹ “Ao proletariado paulista”. *A Plebe*. São Paulo, 25/07/1924, p.2, grifo nosso.

Bibliografia

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da. (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do proletariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BIONDI, Luigi. *Classe e nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1920*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, 1983.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HALL, Michael. O movimento operário na cidade de São Paulo: 1890-1954. In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. Volume 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. A greve de maio de 1919 em São Paulo. In: _____ . *A classe operária no Brasil: documentos (1889 a 1930)*. Volume 1 – O movimento operário. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Ática, 1981.

TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.